

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------|----|
| Prefácio | |
| <i>Ricardo Antunes</i> | 9 |
| Apresentação | 15 |

Parte I

Serviço Social, transformações do trabalho e políticas sociais no capitalismo contemporâneo

| | |
|---|-----|
| 1. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo | |
| <i>Raquel Raichelis</i> | 25 |
| 2. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche | |
| <i>Marilda Villela Iamamoto</i> | 66 |
| 3. Proteção social e crise no Brasil contemporâneo | |
| <i>Maria Carmelita Yazbek</i> | 88 |
| 4. O capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova face da contemporaneidade | |
| <i>Rosa Maria Marques</i> | 108 |

Parte II

A nova morfologia do trabalho no Serviço Social

5. **Serviço Social, trabalho e *desgaste mental***
Damareis Vicente 127
6. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação nas instituições privadas de ensino**
Valéria Albuquerque..... 150
7. **Remoções de moradias e trabalho da/o assistente social: atualização de antigas requisições**
Nuria Pardillos Vieira 181
8. **Trabalho social com famílias no Serviço Social: determinações sócio-históricas na reconfiguração das políticas sociais contemporâneas**
Joana Maria Gouveia Franco Duarte 203
9. **Reforma psiquiátrica e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) — Contribuições do Serviço Social**
Camila Ávila de Lima..... 222

Parte III

**Políticas Sociais e organização coletiva:
lutas de resistência no Serviço Social**

| | |
|--|------------|
| 10. A reforma da Previdência: confisco para o trabalhador e “tranquilidade” para a o mercado <i>Ademir Alves da Silva</i> | 245 |
| 11. Trabalho e sofrimento ético-político <i>Bader Burihan Sawaia</i> | 263 |
| 12. Trabalho e Formação Profissional no Serviço Social: inquietações de uma professora de graduação <i>Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira</i> | 279 |
| 13. Sindicalismo e Serviço Social <i>Maria Beatriz Costa Abramides</i> | 293 |
| 14. Sindicalismo e a luta pela jornada de 30 horas dos Assistentes Sociais no Serviço Público Municipal de Campinas-SP <i>Fernanda Carriel</i> | 317 |
| Sobre os/as autores/as | 339 |

PREFÁCIO

I

Fazer o Prefácio desta coletânea é um motivo de felicidade para mim. Primeiro, porque ele é o resultado de anos de estudo e reflexão de um dos mais qualificados grupos de pesquisa (e de participantes que com ele colaboram) sobre o trabalho no Serviço Social, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão (NETRAB) do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, cuja dedicação ao tema tem sido responsável pela formação de um conjunto amplo de pesquisadores e pesquisadoras que há anos se debruça com afinco à temática crucial do trabalho no Serviço Social.

Segundo, porque seu esforço segue a linhagem crítica que resiste aos encantos dos desconstrutores do trabalho, cujo mito um dia quis nos antecipar que o trabalho havia perdido sua relevância social e sua centralidade.

Como o trabalho é, nos dias atuais ou, melhor dizendo, ainda mais *especialmente* hoje, uma das *questões vitais* da humanidade, sua melhor inteligência se torna um imperativo central, particularmente quando sua reflexão está conectada com o árduo, complexo, mas ao mesmo tempo imprescindível processo de emancipação da humanidade, frente aos enormes constrangimentos que degradam o trabalho humano, o precarizam, o vilipendiam, como o faz o sistema global do

capital de nosso tempo, que sonha com um mundo de trabalhadores e trabalhadoras *intermitentes* especialmente nos serviços. Trabalham (e recebem) quando são chamados, esperam (e não recebem) quando ficam torcendo para que seus celulares escapem da mudez e os convoque para qualquer trabalho intermitente da era da escravidão digital. *Uber, zero hour contract, trabalho pago por voucher, pejota, frila fixo*, empreendedor de si mesmo, a gama é heterogênea e variada.

Tudo isso comandado pela hegemonia *financeira* em sua etapa mais destrutiva, que imagina uma sociedade voltada para a acumulação da burguesia rentista global (com suas profundas conexões com o mundo ampliado da produção, também profundamente destrutiva), onde tudo vale para que os capitais se valorizem concentrada e abusivamente nas mãos de uma parcela irrisória da população que acaba ficando com todo o butim da produção e da riqueza.

E que, para garantir esta monumental concentração de riquezas, não tem nenhuma dificuldade em empurrar o mundo para uma verdadeira *contrarrevolução preventiva de amplitude global* para garantir o vilipêndio da humanidade e, em particular, da classe trabalhadora, a *classe-que-vive-do-trabalho*, aquela que somente pode dispor e vender a sua força de trabalho em troca de salário. É por isso que venho afirmando que adentramos em uma nova era de devastação, uma espécie de fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista que almeja a completa corrosão dos direitos do trabalho em escala global.

Compreender, então, quem é a classe trabalhadora hoje, qual é a sua nova morfologia, como ela participa *objetivamente* do processo de valorização do valor e como ela pode *subjetivamente* se rebelar, torna-se um empreendimento de suma importância. E mais, como ela articula suas dimensões *universais*, dadas pelo gênero, geração, raça, etnia, em suas complexas conexões com sua condição *particular* dada pela classe?

Os avanços e as respostas a tais indagações por certo afloram através dos estudos que investigam a classe trabalhadora em sua nova

morfologia, procurando apresentar suas particularidades e singularidades. E aqui encontramos uma contribuição efetiva para os estudos do trabalho das/dos assistentes sociais.

II

Pela própria concepção presente nesta coletânea, que traz algumas das principais pesquisas realizadas no âmbito do referido Núcleo, aqui se trata particularmente de buscar uma melhor intelecção do *trabalho no serviço social*.

Quais são seus diferenciados desenhos que contemplam desde as/os assistentes sociais que atuam no espaço público até aquelas e aqueles que atuam no espaço das empresas privadas? Como se conformam em sua profissão? Como melhor compreender desde as assalariadas e os assalariados com contrato regulado que atuam como assistentes sociais, até aqueles que realizam consultorias para o universo privado, criando uma variante de assalariamento disfarçado com o objetivo de reduzir custos e aumentar os lucros? Aqui vale a pena fazer uma breve digressão mais analítica.

Herdamos de Marx a distinção entre *produção material* e *produção imaterial*, que o autor desenvolve amplamente em *O Capital*.¹ Depois de definir o que é *trabalho produtivo para o capital* (isto é, aquele que cria mais-valia), Marx acrescenta: “Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções”. E, logo em seguida, afirma: “A definição original do trabalho produtivo [...], derivada da própria natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em seu

1. Conforme as indicações de Marx, presentes em *O Capital*, como aparecem, por exemplo, no capítulo XIV (Livro I) e também no conhecido *Capítulo VI*, *inédito*.

conjunto. Mas já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente” (Marx, *O Capital*, Livro I, São Paulo: Boitempo, p. 577).

Isso ocorre uma vez que: “A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente produção de mais-valor[...]. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”.

Como nosso autor era obcecado pelo desvendamento do mundo laborativo e das alquimias utilizadas pelo capital para sua valorização, acrescenta ainda um exemplo sobejamente esclarecedor: “Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar com a cabeça das crianças, mas exige de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação”.

E é exatamente por isso que afirma: “Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar”. (Idem, p. 578).

Dado que um dos traços mais importantes do capitalismo de nosso tempo é a privatização quase completa do setor de serviços (assim como ocorreu com o mundo industrial e o agrícola a partir da Revolução Industrial no século XVIII e nas últimas décadas com as intersecções de que são exemplos a *agroindústria*, a *indústria de serviços* e os *serviços industriais*), estes se tornam cada vez mais *mercadorizados* ou *comoditizados* pela lógica do capital que passou a controlá-los. Isto é, integram crescentemente as cadeias produtivas de valor, deixando cada vez mais para o passado sua forma *improdutiva*, que visava a produção de bens ou serviços socialmente úteis, para se tornar parte integrante e crescente do processo de geração (*produtiva*) de valor.

III

Em uma contextualidade marcada pelo agravamento da *crise estrutural do capital*, a partir de 2008/9, foi necessário ampliar, agudizar e mesmo intensificar o sistema de dominação do capital em sua forma neoliberal e financista. Deslanchava, então, sua nova fase ainda mais agressiva. Sua *trípode* destrutiva, pautada pela *pragmática neoliberal*, pela *reestruturação produtiva permanente*, sob o comando férreo do *capital financeiro*, desencadeou, especialmente a partir da eclosão da era das rebeliões que atingiram o Norte e o Sul do mundo, uma *nova ofensiva conservadora*, ainda mais agressiva, que vimos caracterizando como *contrarrevolução preventiva de amplitude global* (fazendo aqui um uso livre da excelente fonte analítica presente na conceitualização de Florestan Fernandes), cujas principais consequências em relação ao trabalho, aos direitos e à proteção social já podemos constatar: ampliação de novas e velhas modalidades de (super)exploração do trabalho, impostas pela nova divisão internacional do trabalho entre Norte e Sul, desregulamentação completa do mercado de trabalho e sua plena flexibilização e desmonte da previdência pública.

A devastação se expande, então, para todas as suas esferas da vida societal. E é justamente este o *leitmotiv* deste livro/coletânea, com o título *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. As temáticas são amplas e estão apresentadas em três partes que se integram.

Na *primeira parte*, com temas mais abrangentes, as questões perseguidas podem ser assim indicadas: como se efetiva e como se caracteriza o trabalho e a profissão das/os assistentes sociais no capitalismo contemporâneo? Como se configuram as desigualdades globais e do Brasil, nessa era do enriquecimento sem fronteiras? Como isso aparece e compromete os mecanismos de proteção social, criados ao longo de tantas décadas de lutas? Quais são as políticas sociais assimiladas e aceitas pela agenda ditada pelo mundo financeiro?

Na *segunda parte*, as indagações remetem a uma melhor intelecção da especificidade do trabalho e da profissão do Serviço Social:

quais padecimentos as/os assistentes sociais vêm sofrendo? Como e por que se intensificam e precarizam as condições de trabalho nas instituições de ensino superior privado? Como vêm atuando, em suas ações diretamente sociais, como naquelas em que as populações pobres das periferias são removidas para garantir e ampliar a especulação imobiliária do capital no espaço urbano? Ou quando atuam no âmbito das famílias, dos cuidados na saúde mental?

Na *terceira parte*, por fim, o eixo são as lutas de resistência, os espaços de organização, os momentos de ação, frente a tantas destruições dos direitos sociais. Aí podemos melhor compreender o que significa e o que de fato objetiva a “reforma da previdência” da *era da contrarrevolução* de Temer? Como se configuram os sofrimentos, inquietações e as resistências que florescem? Quais têm sido as ações e lutas sindicais no âmbito do Serviço Social? O que significou a importante luta pela redução da jornada de 30 horas no Serviço Social, que consequências ela trouxe?

Por tudo que foi aqui indicado, esta coletânea sobre a *nova morfologia do trabalho no Serviço Social* evidencia o trabalho sério, criterioso e crítico de suas organizadoras e coautores/as. Que seja, então, lido e estudado no Serviço Social e também em outras áreas, por todos e todas que se recusam a aceitar esta devastação como sendo natural e inevitável. E que seja, também, como a Nota de Apresentação sugere, a primeira publicação de uma série...

Ricardo Antunes
Outubro de 2017

APRESENTAÇÃO

Esta Coletânea¹ apresenta análises sobre o trabalho e as políticas sociais no contexto de crise estrutural do capital e suas refrações nas respostas do Estado às expressões da “questão social”. O seu foco é o Serviço Social e o processamento do trabalho realizado por assistentes sociais em distintas políticas e programas sociais nos quais se inserem como trabalhadoras/es assalariadas/os.

Trata-se de um projeto há muito acalentado por docentes, pesquisadoras/es e estudantes que constroem coletivamente o Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão (NETRAB) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, que vem se traduzindo na última década em um rico, instigante, desafiador e prazeroso espaço de estudos, pesquisas e debates sobre o trabalho profissional no campo das políticas sociais.

Inspiradas/os pela reflexão crítica marxiana e marxista sobre a centralidade do trabalho para a constituição do ser social e a (plena) vigência da lei do valor no capitalismo monopolista mundializado e financeirizado em curso, suas/seus pesquisadoras/es — docentes, mestrandas/os, doutorandas/os e pós-doutorandas/os — vêm enfrentando com obstinação o intrincado caminho teórico para desembaraçar os fios que atam o trabalho profissional ao contrarreformismo do Estado e das políticas sociais, à gestão do fundo público e à teoria

1. As organizadoras agradecem o apoio financeiro da PUC-SP por meio do Plano de Incentivo à Pesquisa — PIPEQ, que financiou parte desta obra.

do valor trabalho. E nesse âmbito decifrar a natureza e o significado do trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais com diferentes segmentos da classe trabalhadora, em sua luta histórica pelo direito a parcela do fundo público extraída do trabalho explorado, disputada e apropriada pela punção predatória do capital financeiro que alimenta o rentismo internacional.

A mercantilização e a financeirização dos serviços públicos, a transformação das políticas sociais em nichos de rentabilidade para o capital, como analisa Yamamoto em seu texto, modifica a forma e o conteúdo do trabalho de assistentes sociais. Como a autora nos alerta, o significado desse trabalho muda radicalmente, pois a compra e venda de serviços sociais no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, renda, habitação, assistência social etc., pertencem ao domínio do mercado e não à razão sociopolítica do Estado, quando tensionado pelas lutas sociais da classe trabalhadora por direitos sociais.

Tendo como pressuposto que o trabalho no Serviço Social não se autonomiza das determinações estruturais e conjunturais que configuram o trabalho abstrato na quadra atual do capitalismo dominado pelas finanças, esta Coletânea visa contribuir para problematizar dilemas e possibilidades que desafiam o trabalho profissional assalariado em diferentes espaços sócio-ocupacionais, predominantemente na esfera estatal das políticas sociais, configurando o que denominamos nova *morfologia* do trabalho no Serviço Social, tomando emprestada a feliz expressão de Ricardo Antunes, que dá título ao livro, quando se refere aos novos modos de ser do trabalho e da classe trabalhadora na era de precarização estrutural do trabalho em tempo de crise mundial do capital.

O propósito desta publicação é reunir subsídios que possam contribuir para elucidar as múltiplas determinações do trabalho e do sujeito social que vive do trabalho, no contexto em que o trabalho e os direitos dele decorrentes sofrem o mais profundo ataque do capital e dos seus representantes no âmbito do Estado. Nesse sentido, reúne docentes, pesquisadoras/es e intelectuais pioneiras/os e altamente reconhecidas/os pela sua contribuição ao debate dos

temas aqui tratados, e também jovens pesquisadoras que produziram suas pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado estimuladas pelos estudos e reflexões desenvolvidos no NETRAB/PUC-SP, que têm com esta obra a oportunidade de veicular parte de sua produção acadêmica desses últimos anos.

O livro está organizado em três partes com 14 capítulos. A Parte I – *Serviço Social, transformações do trabalho e políticas sociais no capitalismo contemporâneo* é composta por quatro capítulos que tratam de temáticas que de alguma forma atravessam as reflexões presentes no conjunto da obra. Os textos percorrem, com ângulos e recortes distintos, as transformações estruturais e conjunturais que se processam na esfera produtiva e nas relações de trabalho, no contexto da crise do sistema metabólico do capital, que reconfiguram a proteção social e as políticas sociais, e nesse sentido, impactam o trabalho profissional nele imprimindo novos significados, conteúdos e direção social. A/o leitora/or encontrará nessas contribuições um rico painel de temas e teses provocativas e instigantes para o aprofundamento do debate coletivo no Serviço Social.

No Capítulo 1 – *Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo*, Raquel Raichelis, com base na hipótese de que a atividade no “setor” de serviços é *trabalho em processo*, realiza uma reflexão original articulando trabalho e profissão, considerando as marcas contemporâneas da profissionalidade trazidas pela ampliação e precarização do trabalho assalariado e pela mercantilização dos serviços e bens públicos. Apoiando-se em conceitos e categorias marxianas e marxistas, objetiva apreender o significado e a natureza do trabalho de assistentes sociais sob as novas formas de extração do valor, nas diferentes modalidades de trabalho em sua morfologia atual.

No Capítulo 2 – *Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche*, Marilda Villela Iamamoto reafirma que a “questão social” e a desigualdade fundante que a constitui são indissociáveis da sociabilidade capitalista; reflete sobre os atuais efeitos da mundialização do capital, a partir da crise de 2007-2008, que colocou a desigualdade no *topo da agenda global*. Realiza análise crítica sobre

as políticas anticrise de raiz liberal e seu rebatimento no trato dessa desigualdade, particularizando o Brasil, especialmente pós-golpe político institucional à democracia. Ressalta a importância de um trabalho profissional direcionado a decifrar os fetiches dos tempos atuais, descobrindo os “segredos da realidade”.

No Capítulo 3 – *Proteção Social e crise no Brasil contemporâneo*, Maria Carmelita Yazbek discute as metamorfoses da proteção social sob os influxos da hegemonia neoliberal, resgatando a experiência histórica de construção dos sistemas universalistas de bem-estar social europeus e sua crise, em contraposição ao padrão desigual, heterogêneo e fragmentado do sistema protetivo brasileiro. Resgata marcos da assistência social no país e sua interface com a legislação trabalhista, com destaque para o período constituinte onde se inscreve a Seguridade Social a partir do “ideário de solidariedade”. Constata que historicamente a Proteção Social vai se estruturando acoplada ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas, com implicações nas estratégias de enfrentamento da “questão social” no Brasil.

No Capítulo 4 – *O capitalismo financeiro e as políticas sociais: a nova face da contemporaneidade*, Rosa Maria Marques analisa o capital financeiro e as políticas sociais na contemporaneidade. Examina o domínio do capital portador de juros sobre o capital produtivo e suas consequências como o baixo crescimento registrado pela economia mundial (com raras exceções), derivado de um também baixo nível de investimento. O argumento central da autora é que não é do interesse do capital financeiro manter políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado do tipo daquelas construídas no *Welfare State*, e que sua permanência, mesmo que parcial, depende da força organizativa de seus interessados maiores, os trabalhadores.

Na Parte II – *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*, composta por cinco capítulos, encontram-se reflexões a partir de um conjunto de pesquisas defendidas na PUC-SP (mestrado, doutorado e pós-doutorado), que buscam compreender as lutas, as conquistas e também os riscos de renovação do conservadorismo no Serviço Social, em razão das configurações da nova morfologia do trabalho profissional,

como a precarização, a intensificação e a terceirização do trabalho, e suas consequências deletérias na vida das/os assistentes sociais.

Nessa trilha, no Capítulo 5 – *Serviço Social, trabalho e desgaste mental*, Damares Vicente trata das consequências nocivas na vida e na saúde de assistentes sociais que trabalham com a política pública de habitação, a partir de pesquisa qualitativa sobre relações, organização e condições de trabalho. As análises foram realizadas tendo como referência estudos e pesquisas sobre *desgaste mental*, no campo de investigações marxistas sobre a relação entre trabalho, saúde e doença, iniciadas nos anos 1970-1980 na América Latina. A autora detém-se especialmente nos efeitos desastrosos da terceirização no trabalho de assistentes sociais, como expressão da nova racionalidade imposta ao trabalho profissional também no âmbito do Estado.

No Capítulo 6 – *Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas instituições privadas de ensino*, Valéria Albuquerque aponta resultados de pesquisa sobre o trabalho de assistentes sociais docentes nas universidades privadas na cidade de São Paulo, que no contexto da crise mundial vem apresentando nos últimos anos grande concentração e oligopolização, afirmando-se como um campo de serviços aberto ao investimento de capital financeiro com altíssima lucratividade. As reflexões apresentadas abordam novas/velhas tensões na exploração do trabalho docente, que se repõem no contexto das estratégias atuais de precarização e intensificação das condições e relações de trabalho em instituições de ensino superior, que condensam o intenso processo de mercantilização, privatização e desnacionalização da educação no Brasil.

No Capítulo 7 – *Remoções de moradias e trabalho da/o assistente social: atualização de antigas requisições*, Nuria Pardillos Vieira realiza uma análise do trabalho profissional de assistentes sociais nos processos de remoção de moradias com base na compreensão dos diversos enfoques que as políticas de habitação e de desenvolvimento urbano assumiram nas três últimas décadas, articulados às mudanças no mundo do trabalho, que acabaram por consolidar a terceirização do planejamento e da execução do trabalho social. Considerando o

contexto de lutas pelo direito à moradia e à cidade, identifica algumas características exemplares da reconfiguração do trabalho social em habitação que, segundo a autora, tem atualizado antigas requisições ao serviço social e impactado negativamente na própria qualidade da ação profissional.

No Capítulo 8 — *Trabalho social com famílias no Serviço Social: determinações sócio-históricas na reconfiguração das políticas sociais contemporâneas*, Joana Maria Gouveia Franco Duarte analisa o trabalho social com famílias como mediação institucional privilegiada do trabalho profissional de assistentes sociais, apontando que no atual contexto nacional, marcado por importante reversão dos direitos da classe trabalhadora, observa-se também uma tendência de reiteração de conteúdos conservadores, que trazem as marcas de antigos contornos e particularidades refuncionalizadas, como a psicologização e a individualização da “questão social”, dentre outros. A autora também indica subsídios para o trabalho social com famílias, que tenham como rumo a expansão dos direitos e a garantia das necessidades de reprodução social das *famílias da classe que vive do trabalho*.

Finalizando essa parte, no Capítulo 9 — *Reforma psiquiátrica e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) — Contribuições do Serviço Social* — Camila Ávila de Lima, tomando como referências os movimentos nacionais da Reforma Sanitária, da Reforma Psiquiátrica e o Projeto ético-político-profissional do Serviço Social, apresenta resultados de pesquisa sobre o processamento do trabalho da/o assistente social problematizando a construção de seu lugar profissional no Centro de Atenção Psicossocial — CAPS e na equipe de saúde mental. Analisa a inserção profissional nesse trabalho coletivo, problematizando como a metodologia proposta — clínica ampliada — pode rebater nas especificidades profissionais e, por consequência, nos conteúdos e objetivos do trabalho de assistentes sociais.

A Parte III — *Políticas Sociais e organização coletiva: lutas de resistência no Serviço Social*, composta por cinco capítulos, inclui textos que trazem problematizações sobre o confisco de direitos da classe trabalhadora no tempo presente, que aprofunda os ataques do capital sobre o trabalho, e as lutas de resistência nesse contexto

gerador de sofrimento ético-político e de desafios inquietantes para os/as trabalhadores/as que se dedicam à formação acadêmico-profissional de futuros assistentes sociais.

No Capítulo 10 – *A reforma da Previdência: confisco para o trabalhador e “tranquilidade” para o mercado*, Ademir Alves da Silva discute a Previdência Social e aborda aspectos da sua gestão e sucessivas (contra) reformas no Brasil, dando destaque para a última proposta articulada pelo Governo Temer. Ressalta que a previdência social representa parcela do fundo público e, por isso, torna-se objeto de intensa e incessante disputa entre gestores públicos, agentes privados e funcionários públicos. Analisa as principais medidas propostas pelo governo em questão e aponta que para o trabalhador o impacto das sucessivas “reformas” significou ter que trabalhar por mais tempo, aposentar-se mais velho, pagar mais pelo benefício e receber menos.

No Capítulo 11 – *Trabalho e sofrimento ético-político* – Bader Burihan Sawaia reflete sobre o que considera uma importante e específica dimensão na configuração atual do trabalho de assistentes sociais e psicólogas/os no Sistema Único de Assistência Social (Suas): a de ser um trabalho na esfera da biopolítica, que direciona a/o trabalhadora/or à “dilematização da dialética”, gerando sofrimento. Tecendo considerações que problematizam o que denomina de “mazelas do separatismo epistemológico”, que dicotomiza mente/corpo, razão e emoção, reitera as origens do sofrimento ético-político, noção que vem sendo adensada pelos estudos e pesquisas da autora.

No Capítulo 12 – *Trabalho e Formação Profissional no Serviço Social: inquietações de uma professora de graduação*, Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira problematiza, de forma instigante, a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais, a partir dos desafios do século XXI, como a reestruturação produtiva e o desmonte das políticas sociais, num contexto nacional marcado pela corrupção que “destrói os sonhos pretéritos e futuros e retira as bandeiras das mãos da juventude”. Aponta desafios e dilemas éticos e teóricos trazidos pelas expressões da “questão social”, destacando elementos que considera fundamentais para a formação e realização do trabalho

profissional, como a ineliminável apreensão da teoria social crítica como “instrumento” fundamental para desvendar o real.

No Capítulo 13 — *Sindicalismo e Serviço Social*, Maria Beatriz Costa Abramides se dedica à compreensão da relação entre o Serviço Social e o sindicalismo, considerando esse último como uma forte e histórica expressão das lutas da classe trabalhadora. Busca explicitar os dilemas e desafios postos, e sempre renovados, à organização sindical de assistentes sociais. Resgatando elementos substantivos da história das lutas classistas de assistentes sociais no Brasil, especialmente a partir de 1979, reitera a direção ética e política inscrita no projeto hegemônico da profissão, ou seja, a sindicalização por ramo de atividade, enquanto “trabalhadoras assalariadas partícipes do trabalho coletivo”.

Finalmente, no Capítulo 14 — *Sindicalismo e a luta pela jornada de 30 horas dos Assistentes Sociais no Serviço Público Municipal de Campinas-SP*, Fernanda de Jesus Carriel apresenta o intenso percurso da luta de assistentes sociais da Prefeitura Municipal de Campinas pela conquista da jornada de 30 horas semanais e as relações tensas e conflitivas com a entidade sindical das/os trabalhadoras/es municipais, que segundo a autora reproduz “o direcionamento monolítico que tem a prática dos dirigentes sindicais de silenciar as expressões minoritárias”. Ao mesmo tempo a análise evidencia que a conquista das 30 horas com a permanência das precárias condições de trabalho, inevitavelmente, exige a organização permanente e orgânica da categoria profissional, não apenas junto ao Sindicato de Trabalhadores Municipais, mas no interior das lutas mais gerais da classe trabalhadora brasileira.

Ao finalizar esta apresentação compartilhamos nosso desejo de que esta Coletânea sobre a *nova morfologia do trabalho no Serviço Social* constitua a primeira de uma série. Sabemos que é um projeto ousado, considerando a complexa conjuntura atual. Contudo, este primeiro resultado é uma conquista que nos anima a continuar, o que certamente, vai depender da acolhida generosa de nossas/os leitoras/es.

As organizadoras
São Paulo, primavera de 2017.